

Gênero em perspectiva interseccional

Gender in intersectional perspective

Flavia Rios^a e Edilza Sotero^b

Resumo A proposta epistemológica deste dossiê é pensar gênero em perspectiva interseccional. Na primeira parte desta apresentação, faremos uma breve reflexão sobre a forma como a interseccionalidade, a partir dos estudos de gênero, tem se estabelecido como paradigma incontornável nas ciências sociais. Adiante, destacaremos os trabalhos reunidos neste dossiê, que conta com temas clássicos dos estudos nacionais, como trabalho, política institucional, violência, movimentos sociais, de um lado, mas também novas abordagens como a presença das mulheres no cárcere e estudos de masculinidades, por outro.

Palavras-chave Gênero, Raça, Classe, Interseccionalidade.

Abstract *The epistemological proposal of this special issue is to propose debates on gender in intersectional perspective. In the first part of this introduction, we will briefly reflect on how intersectionality, from the gender studies field, has been established as an inescapable paradigm in the social sciences. Later, we will highlight the articles in this issue, some with classic themes to the Brazilian sociology, such as labor market, politics, violence, and social movements. And also new approaches, such as the incarceration of women and masculinity studies.*

Keywords *Gender, Race, Class, Intersectionality.*

Este é o primeiro dossiê destinado ao tema gênero na revista Plural do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. A proposta epistemológica desta reunião é pensar gênero em perspectiva interseccional. Esta abordagem mais do que sublinhar a relevância do uso da categoria gênero em ciências sociais, pretende ir um pouco além: estabelecer diálogo com o *frame* interseccional. Isso merece uma breve reflexão sobre a forma como a interseccionalidade, a partir dos estudos de gênero, tem se estabelecido como paradigma incontornável nas ciências sociais. Muitos dos trabalhos reunidos neste dossiê apontam nessa direção, ao menos no que toca à dimensão empírica das análises.

a Professora de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

b Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Aqui reunimos pesquisadoras e pesquisadores que tratam de temas clássicos dos estudos de gênero como trabalho, política institucional, violência, movimentos sociais, de um lado, mas também novas abordagens como as pesquisas sobre o encarceramento de mulheres e os estudos sobre masculinidades, por outro.

Em *L'intersectionnalité: enjeux théoriques et politiques*, Farinaz Fassa, Éléonore Lépinard e Marta Roca i Escoda (2016) defendem que a interseccionalidade é uma categoria incontornável no debate acadêmico da atualidade. Segundo as autoras, trata-se de um *approach* que gerou nova perspectiva teórica e empírica para as ciências sociais, em particular nos estudos de gênero. Já Patricia Hill Collins (2017), ao fazer uma reflexão sobre a inserção da interseccionalidade no mundo acadêmico, afirma que esta foi um processo de tradução de ideias forjadas nos movimentos sociais. Interseccionalidade, portanto, é uma abordagem crítica às formas analíticas tradicionais de produção de conhecimento, ao mesmo tempo em que se apresenta como instrumento de emancipação política.

No Brasil, Helena Hirata (2014) discute a recepção desse conceito comparando as tradições norte-americanas e francesas. A socióloga brasileira revela a tensão entre os termos *consustancialidade*, de Danièle Kergoat, e *interseccionalidade*, definido por Kimberlé Crenshaw. Enquanto, em suas investigações sobre o mundo do trabalho, a socióloga francesa teria concebido seu conceito no imbricamento entre as categorias de classe e sexo respondendo ao marxismo e as novas demandas intelectuais das feministas de segunda onda; a jurista norte-americana teria ancorado seu conceito na raça e no gênero, levando em consideração o contexto de ações afirmativas e de discriminação persistente nos EUA. Para Hirata, se as categorias classe e sexualidade seriam mais marginais na produção intelectual de Crenshaw, Kergoat incluiria apenas recentemente a abordagem racial à sua análise.

Ao responder as críticas feitas ao seu trabalho, Crenshaw (2002) propõe que, assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores tais como classe, casta, raça, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual pesam na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. A autora norte-americana ensina que as desigualdades relacionadas à classe, gênero ou raça não são simplesmente possíveis de hierarquização: é a interação dessas categorias que atuam na produção e manutenção das desigualdades. Seguindo essa interpretação, Piscitelli (2008), uma das primeiras autoras nacionais a receber o termo, entende que a interseccionalidade oferece ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas desigualdades no Brasil.

No contexto mais amplo da América Latina, o debate da interseccionalidade encontra no diálogo com as teorias decoloniais, especialmente em sua interface com o pensamento feminista, espaços para a produção de reflexões que consideram aspectos estruturais e dinâmicos da colonialidade do poder associados aos eixos de opressão (BERNARDINO-COSTA, 2015). Apoiadas na crítica à colonialidade, autoras como Ochy Curiel (2017)¹ propõem interrogar os processos de produção das estruturas de opressão do sistema-mundo colonial. Para Curiel, a proposta de Crenshaw traduzida na interseccionalidade, estaria ancorada em uma perspectiva liberal, mais preocupada em produzir demandas por reconhecimento do que projeto de emancipação. Perdendo, assim, a capacidade de crítica substantiva ao processo de produção das opressões, antes as compreendendo como algo dado na conversão de diferenças em desigualdades. De forma semelhante, Carla Akotirene (2018) defende que o pensamento neoliberal pode apropriar-se da interseccionalidade, levando à redução e até simplificação de sua fortuna conceitual crítica.

Apesar da tensão e disputas no mundo acadêmico, no Brasil, a interseccionalidade tornou-se uma perspectiva potente nas pesquisas mais recentes no país. Em certa medida, isso se explica pela tradição dos estudos sobre gênero e relações raciais no país e pela presença do movimento social feminista negro, fortemente ativo no debate público, fazendo com que as intelectuais norte-americanas negras ganhassem mais centralidade no debate de ideias, especialmente por meio da tradução de suas obras. No debate nacional as categorias classe, gênero e raça são mais comuns, especialmente quando se trata de discutir a produção das diferenças e a reprodução das desigualdades estruturais, uma vez que há “[...] o interesse em retomar essas categorias analíticas para avançar no conhecimento da dinâmica e da interdependência das relações sociais e na luta contra as múltiplas formas conjugadas de opressão.” (HIRATA, 2014, p. 69). Contudo, as categorias sexualidade e geração têm ganhado força analítica em razão das transformações do tecido social e das representações coletivas nas duas últimas décadas (Rios; Maciel, 2018).

No campo da Antropologia, Laura Moutinho mapeou a recepção do termo interseccionalidade em revistas acadêmicas brasileiras. Sua pesquisa mostra que, ao contrário da produção acadêmica norte-americana em que o termo “mulheres negras” é a categoria central para pensar as desigualdades de raça e gênero, no Brasil, e particularmente “na produção antropológica brasileira, a figura da mulata e a mestiçagem ganham, igualmente, especial atenção” (MOUTINHO, 2014, p. 211). Se na antropologia se procedeu desta forma, o mesmo não ocorreu com a sociologia

1 Entrevista concedida a Analba Teixeira, Ariana Silva e Ângela Figueiredo.

nacional, área do conhecimento que privilegiou o estudo das desigualdades raciais em detrimento das diferenças, e a sua produção majoritária fez uso das categorias dos censos e pesquisas amostrais, como a PNAD, onde constam as categorias “branco”, “preto”, “pardo”, “amarelo” e “indígena”. Sendo assim, em abordagens interseccionais, os grupos de cor são comumente articulados aos agrupamentos por sexo. Desse modo, as análises sobre as desigualdades de gênero e raça, pelo menos desde o final do século XX, consideraram mulheres negras (o somatório de pardas e pretas), homens negros, mulheres brancas e homens brancos, e não mulatos ou morenos, categorias êmicas usadas em estudos antropológicos². Exemplo flagrante de como a sociologia se diferenciou da antropologia pode ser encontrado nas pesquisas no campo da sociologia do trabalho, a exemplo das investigações de Nadya Guimarães, realizadas desde os anos de 1990, quando o termo interseccionalidade, importado dos Estados Unidos, ainda não tinha tomado corações e mentes das pesquisadoras brasileiras.

Já na Ciência Política nacional, em que o debate de gênero foi por muito tempo tema mais marginal – e os estudos da questão racial são tardios quando comparados ao desenvolvimento desse campo em outras áreas de conhecimento das ciências sociais –, autores como Flavia Biroli e Luiz Felipe Miguel, ao recepcionarem o conceito, entendem que a interseccionalidade deve ser norteadora de uma abordagem das desigualdades sociais. Nas suas palavras:

(...)uma análise das relações de gênero que não problematize o modo como as desigualdades de classe e de raça conformam o gênero, posicionando diferentemente as mulheres nas relações de poder e estabelecendo hierarquias entre elas, pode colaborar para suspender a validade de experiências e interesses de muitas mulheres. Seu potencial analítico assim como seu potencial transformador são, portanto, reduzidos. (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 29).

Embora seja recente o uso do termo interseccionalidade nas ciências sociais, no pensamento feminista negro nacional, especialmente o das gerações dos anos 70 e 80, o tema da classe, do gênero e da raça, em articulação, são centrais para a explicação das desigualdades. Isso se deve tanto pela influência do marxismo nas academias brasileiras como pela tradição nacional dos estudos de relações

2 Na produção sociológica, os grupos “amarelos” e “indígenas” raramente são tratados nas análises estruturais abrangentes das relações raciais por conta da sua pouca relevância estatística nas áreas tradicionalmente analisadas (renda, trabalho, educação e política) em contraste com os grupos de maior representação demográfica.

raciais que quase sempre articulou o tema da raça ao da classe, porém raramente tratou do tema gênero; assim o referido pensamento é devedor dos então nascentes estudos sistemáticos sobre as hierarquias e subordinações sexuais. Em particular, o clássico dos estudos de gênero no Brasil, *A mulher na sociedade de classes* (1976), de Heleieth Saffioti, que, apesar de não tratar teoricamente da discussão de raça, mostrou em termos empíricos as mulheres negras nas zonas descritivas de seu trabalho acadêmico.

Fato é que o tema das desigualdades de raça, gênero e classe passaram a ser articulados de forma intercambiáveis pelas feministas negras no contexto da redemocratização do Brasil. Para citar um trabalho que deveria ser leitura obrigatória das ciências sociais (mas ainda não é): *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984), de Lélia Gonzalez, em que a autora traz para o centro da análise uma abordagem interseccional, que envolve múltiplas formas de opressão e dominação articuladas ao processo colonial, persistentes e duradouras, que naturalizariam as hierarquias sociais. Quando entrevistada, Gonzalez trouxe de forma mais explícita o imbricamento dessas categorias: “a mulher negra sofre uma discriminação tríplice: social, racial e sexual” (GONZALEZ, [1981], 2018)³. Seu trabalho pode ser entendido como precursor em termos das análises de gênero em perspectiva interseccional, juntamente com os trabalhos já clássicos de Angela Davis, como *Mulheres. Raça e Classe* e de bell hooks, a exemplo de *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism*, ambos publicados em 1981.

Embora faça mais de três décadas que esse debate se iniciou, somente nos últimos dez anos, como vimos, ampliou-se a audiência e o número de interlocutoras, especialmente com a recepção do termo interseccionalidade. Com a tradução do termo ao pé da letra, as análises de gênero passaram a considerar a dimensão racial, apesar dessa abordagem ainda não ser dominante no país nesse campo de estudos. O mesmo ocorreu com os estudos das relações raciais: estes não davam centralidade ao gênero em suas análises, todavia passaram a incluí-lo nos últimos decênios. Tal mudança acompanha o diálogo mais intenso da produção nacional com as autoras do chamado *black feminism*, como Angela Davis, Patricia Hill Collins, bell hooks e Kimberlé Crenshaw. O mesmo se pode notar em países vizinhos, como a Colômbia, onde o debate da interseccionalidade também tem crescido nos últimos anos, como nos fazer ver Mara Viveros Vigoya, organizadora do *Black Feminism: teoria crítica, violências y racismo* (2019). Sendo assim, nada

3 Entrevista originalmente publicada em 1981 no Jornal AUÊ – Jornal de Sexualidade. O conjunto da obra de Lélia Gonzalez está reunido no livro Primavera para as Rosas Negras, de 2018, onde consta a republicação da entrevista supracitada.

mais desafiante na atualidade do que pensar gênero em perspectiva interseccional, desde que seus limites e alcances sejam constantemente problematizados.

O abre-alas desse dossiê é uma instigante entrevista com a professora e pesquisadora Helena Hirata, realizada pelo grupo NÓS (Núcleo de Sociologia, Sexualidade & Gênero) da Universidade de São Paulo. Nela é possível ver a trajetória de uma jovem estudante que saiu do país em direção à França, país que abrigou parte expressiva de intelectuais exilados durante a Ditadura Militar. Hirata, então pesquisadora do CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*), não apenas mostra seu itinerário acadêmico, mas a forma como a temática de gênero entrou em suas preocupações de pesquisa. A entrevistada tece também algumas reflexões sobre o contexto atual no que se refere aos usos e abusos do gênero no debate público nacional.

O dossiê também conta com as memórias de Eva Blay, professora emérita do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e fortemente ativa na condução da ONU Mulheres USP. Enquanto docente da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, conduziu orientações e a disciplina de sociologia das relações de gênero, chegando a fundar o Núcleo de Estudos da Mulher e de Gênero, o NEMG, onde além de possuir um acervo importante sobre a imprensa feminista e reunir pesquisadoras de graduação e pós de diversas unidades universitárias, Eva Blay realizava importantes pesquisas, das quais destacamos àquela que resultou no livro *Horizontes que se Abrem*, onde podemos encontrar trajetórias das primeiras mulheres cientistas que seguiram a carreira docente de ensino superior naquela que se tornou uma das maiores e mais importantes universidades da América Latina. É também digno de destaque suas pesquisas sobre assassinato de mulheres, trabalho ainda mais fundamental porque não havia no Brasil, naquela ocasião, nenhum debate público sobre a tipificação do feminicídio.

O primeiro artigo do dossiê vem do núcleo de pesquisa das desigualdades contemporâneas e relações de gênero, NUDEG, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a UERJ. Escrito por Natália Trindade e Maira Covre-Sussai, o artigo versa sobre a forma como a reprodução da desigualdade de gênero ocorre no âmbito familiar e toma como hipótese a ser demonstrada a possibilidade de haver passagem culturalmente aprendida, de mãe para filha. A persistência dessa desigualdade de gênero de caráter geracional será observada no emprego doméstico não-remunerado, valendo-se para tanto da teoria do *habitus*, de Pierre Bourdieu.

O segundo artigo é da demógrafa Jackeline Romio, da UNICAMP, uma das primeiras autoras brasileiras a recepcionar o debate sobre o feminicídio no país.

Nele, Romio faz breve histórico da origem do termo e seu ingresso nos debates públicos, jurídicos e acadêmicos nacionais. A contribuição geral da autora para o debate é a construção de três tipologias criadas para abarcar as modalidades de assassinatos por motivações de gênero, a saber: o feminicídio sexual, o feminicídio reprodutivo e o feminicídio doméstico. Resultante de sua tese de doutorado em que a autora trabalha com dados de bases oficiais do ministério da saúde, Romio nos deixa uma grande contribuição para pensar a relação entre mortes e a idade reprodutiva das mulheres, valendo-se para tanto de reflexões sociológicas e demográficas.

Ainda no que toca ao tema violência, o dossiê conta ainda com a pesquisa de Jamile Carvalho, doutoranda na Universidade Federal da Bahia. Em seu artigo a investigadora expõe resultados de cinco anos de pesquisa empírica de caráter qualitativo em que a pesquisadora, com encontros presenciais, com mulheres no cárcere, consegue perfazer a trajetória social de algumas delas. No artigo, é possível compreender melhor as dinâmicas e os contextos que levam jovens mulheres a se envolverem com o tráfico, bem como as formas específicas que geram a vulnerabilidade de gênero. Trata-se, portanto, de uma incursão sobre o universo e a participação das mulheres no tráfico de drogas (em particular nas periferias e na região central de Salvador), seus itinerários sociais e seus processos de criminalização, bem como o ordenamento moral tipicamente feminino, vistos e narrados pelas agentes e interlocutoras da pesquisa.

O artigo assinado por Patrícia Rangel e Eneida Vinhaes Bello Dultra trata do tema das políticas públicas, centrando atenção na agenda de gênero e suas modificações atuais, especialmente no que toca ao direito das mulheres, desde a saída de Dilma Rousseff da presidência, em 2016. Fazendo uma relação entre ascensão do conservadorismo político e a redução de investimentos em políticas sociais já existentes, as autoras assinalam a acentuada diminuição da presença de mulheres em espaços de poder. Mesmo considerando o ambiente político pouco favorável, Rangel e Dultra concluem que cabe intensificar as demandas por consolidação de mecanismos institucionais comprometidos com a garantia da equidade de gênero e raça e promoção da cidadania.

O artigo de Jonas Medeiros, resultado de sua tese de doutorado na área de Sociologia da Educação na Unicamp, enfrenta a problemática do conhecimento situado, propondo uma reflexão metodológica sobre seu lugar como pesquisador, um homem branco de classe média, na relação com suas interlocutoras de pesquisa, mulheres da periferia de São Paulo, em sua maioria negras. Com base no diálogo desenvolvido com epistemologias feministas, Medeiros apresenta reflexões ousadas

sobre o cruzamento de opressões de gênero, raça e classe, quando se trata da dimensão metodológica da pesquisa social. Seu relato e análise do trabalho de campo trazem questionamentos fundamentais para a agenda das ciências sociais na contemporaneidade em contextos de contestações e conflitos, que envolvem os sujeitos de pesquisa.

Uma das resenhas do dossiê analisa o premiado livro de Mara Viveros Vigoya, doutora pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, atualmente presidenta da LASA (*Latin American Studies Association*) e professora da Universidad Nacional de Colombia, onde atua tanto no Departamento de Antropologia como na *Escuela de Estudios de Género*, ambos da mesma instituição. A resenha do livro *Les Couleurs de la masculinité: expériences intersectionnelles et pratiques de pouvoir em amerique latine* foi realizada pelo doutorando Henrique Restier, pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e especialista no tema das masculinidades. Além de pesquisador, Restier participa ativamente do debate sobre o tema na esfera pública, realizando cursos e palestras sobre o assunto em diferentes partes do país.

A segunda resenha, escrita pelo professor Renan Quinalha, escrutina a biografia *Revolucionário e Gay: a vida extraordinária de Hebert Daniel*, de autoria do historiador James Green. A refinadíssima pesquisa do professor da *Brown University* revela não só a trajetória do revolucionário, que atuou fortemente no contexto da Ditadura Militar, mas também vemos como o tema de gênero e sexualidade apareciam (ou não) nos círculos políticos, intelectuais daqueles que imaginaram e atuaram vivamente no processo da reconstrução democrática. Na sequência, temos a resenha de Danusa Marques, a respeito do livro *Feminismos na imprensa alternativa brasileira: quatro décadas de lutas por direitos*, fruto da tese de doutorado de Viviane Gonçalves, desenvolvida e defendida no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

Renata Gonçalves, professora da Universidade Federal de São Paulo, nos brinda com uma resenha sobre a coletânea pioneira que reúne em mais de 700 páginas a obra completa de Lélia Gonzalez, uma feminista de primeira hora da segunda onda do feminismo brasileiro. Assim, como a sua colega de geração Ângela Davis, autora de numerosos artigos sobre a temática racial e suas interfaces com gênero e classe, Gonzalez é uma das poucas brasileiras da fração intelectual feminista de 1970 a figurar no debate internacional sobre interseccionalidade. Seus trabalhos têm sido revisitados e traduzidos nas recentes coletâneas organizadas no campo do *black feminism* na América Latina, nos EUA e na Europa. Nos últimos anos, a autora tem sido estudada e ganhou maior espaço nas citações em pesquisas

sobre a temática de gênero e relações raciais. Contudo, o acesso aos seus trabalhos era bastante difícil, já que seus livros se encontram esgotados e seus artigos, em revistas antigas que ainda não foram digitalizadas. Por essa razão, se fez oportuno registrar neste dossiê o recente esforço de uma editora independente em disponibilizar em um único livro a quase totalidade dos escritos da intelectual brasileira, que já dá nome a diversos coletivos feministas universitários e integra (ainda que tardiamente) a bibliografia de disciplinas com a temática de gênero nos cursos de ciências sociais nas universidades país afora.

O dossiê é encerrado com a tradução de um documento histórico para o debate acadêmico e político sobre o entrecruzamento de opressões, com enfoque para as categorias gênero, raça, classe e sexualidade. O Manifesto do Coletivo Combahee River, fundando em Boston, no ano de 1974. O nome do coletivo é uma lembrança ao Rio Combahee, uma rota de libertação de escravizados nos Estados Unidos no século XIX. Escrito por Demita Frazier, Beverly Smith e Barbara Smith, o manifesto marca a fundação do coletivo, sendo também um precursor para as formulações contemporâneas do *black feminism*. O Combahee River, formado por mulheres negras que se identificavam como feministas e lésbicas, promoveu a afirmação política do discurso de unidade, sem o apagamento das particularidades dos grupos engajados nos movimentos de libertação dos povos oprimidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?*. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Soc. Estado.*, v. 30, n. 1, p. 147-163, abr. 2015 .
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015
- COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, v. 5, n. 1, p. 6-17, jun. 2017.
- CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *The University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, p. 139-167, 1989.
- _____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista de Estudos Feministas*, v. 7, n. 12, p. 171-88, 2002.
- FASSA, Farinaz; LÉPINARD, Eléonore; Roca I Escoda, Marta (Dir.). *L'intersectionnalité : enjeux théoriques et politiques*. Paris: La Dispute, coll. Le genre du monde, 2016.

- GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez, em primeira pessoa*. São Paulo: UCPA, 2018.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61-74, nov. 2014.
- MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, n. 42, p. 201-248, jun. 2014
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, 18 dez. 2008.
- RIOS, Flavia; MACIEL, Regimeire. Feminismo negro em três tempos. *Labrys, études féministes/ estudos feministas*, julho/ 2017- junho 2018 /juillet 2017-juin 2018. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys31/black/flavia.htm>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976
- TEIXEIRA, Analba Brazão; SILVA, Ariana Mara da; FIGUEIREDO, Ângela. Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA: entrevista com Ochy Curiel. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 03, n. 04, p. 106-120, out./dez. 2017.
- VIGOYA, Mara Viveros. *Black Feminsm: teoria crítica, violências y racismo*. Bogotá: Editora Universidad Nacional da Colômbia, 2019.